



COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 3.371 DE 2021

Dispõe sobre os incentivos à instalação de equipamentos para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis em imóveis dedicados a atividades da Administração Pública.

Autor: Deputada Iracema Portela – Progressistas/PI;

Relator: Deputado ICARO DE VALMIR – PL/SE

I – RELATÓRIO

O projeto de Lei em apreciação, apresentado pela nobre deputada Iracema Portela (PP/PI), para dispor sobre os incentivos à instalação de equipamentos para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis em imóveis dedicados a atividades da Administração Pública.

O projeto altera o art. 37 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para inserir o inciso “IX”, que insere, dentro das prioridades do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União – PROAP, à instalação de equipamentos voltados à microgeração e à minigeração distribuída.

Ademais, insere o inciso XVI, no Art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, dentro dos objetivos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, para prover recursos para instalação de equipamentos voltados à microgeração e à minigeração distribuída em edificações pertencentes ao Poder Público, incluindo o previsto no inciso IX do art. 37 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

Para a apreciação da matéria foi designada esta comissão de Minas e Energia, assim como a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e



de Constituição e Justiça e de Cidadania, as quais devem se pronunciar sobre a matéria em caráter conclusivo.

Nesta Comissão de Minas e Energia, encerrado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei nº 3.371/2021, de autoria da Deputada Iracema Portela (PP/PI), visa, meritoriamente, alterar o Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União – PROAP, instituído pela Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, criada pela Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

Em ambas as vertentes, o objetivo principal do projeto é incentivar, no âmbito da Administração Pública, a produção e utilização de fontes renováveis de geração e energia elétrica, assegurando para tal a destinação de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Com isso, tal medida visa promover a adoção de práticas sustentáveis, reduzir os custos operacionais, e contribuir para a mitigação dos impactos ambientais, alinhando-se aos princípios da responsabilidade socioambiental e da eficiência na gestão pública.

A transição para fontes renováveis de energia é fundamental para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos. A administração pública, como grande consumidora de energia, tem a responsabilidade de liderar pelo exemplo na busca por alternativas mais sustentáveis. A utilização de fontes renováveis contribui diretamente para a redução das emissões de gases de efeito estufa, atenuando os impactos das atividades governamentais no meio ambiente.

A microgeração de energia a partir de fontes renováveis, como solar e eólica, oferece uma oportunidade valiosa para a administração pública reduzir seus custos operacionais a longo prazo. Ao gerar eletricidade no próprio local de



consumo, os órgãos públicos podem diminuir sua dependência da rede convencional, resultando em economias significativas nos gastos com energia elétrica. Além disso, investir em fontes renováveis promove a eficiência energética, um princípio crucial para a gestão responsável dos recursos públicos.

A implementação de sistemas de microgeração de energia em imóveis da administração pública estimula a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Essa medida pode impulsionar o setor de energias renováveis, incentivando a pesquisa e o aprimoramento de tecnologias mais eficientes e acessíveis. O setor público, ao adotar tais tecnologias, demonstra seu compromisso com o avanço tecnológico e com a construção de uma matriz energética mais limpa e sustentável.

Ao adotar práticas sustentáveis, a administração pública não apenas reduz sua pegada ambiental, mas também serve como exemplo para a sociedade. O envolvimento ativo do setor público na transição para fontes renováveis de energia pode inspirar outros setores e cidadãos a seguirem o mesmo caminho. Essa iniciativa contribui para a construção de uma cultura mais consciente e responsável em relação ao meio ambiente.

O Brasil, como signatário de acordos e tratados internacionais relacionados à sustentabilidade e redução de emissões, possui metas a cumprir no âmbito ambiental. A implementação de medidas que incentivem a microgeração de energia em instalações públicas contribui para o cumprimento desses compromissos, reforçando o papel do país como agente ativo na construção de um futuro mais sustentável.

Assim, e diante do exposto, nada mais resta a este relator senão manifestar-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Projeto de Lei nº 3.371 de 2021, e solicitar aos nobres pares que o acompanhem no voto.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ICARO DE VALMIR
Relator

